



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 10 – Informação e memória

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NATURAL

INFORMATION, MEMMORY AND NATURAL HERITAGE

Cezar Karpinski¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre o conceito de patrimônio natural e os possíveis vínculos com a Ciência da Informação nas interfaces da informação e da memória. O objetivo principal é fomentar um diálogo interdisciplinar sobre a categoria “natural” do patrimônio. Além disso, busca-se apresentar em que medida as discussões sobre patrimônio histórico e cultural influenciam/ram os estudos sobre o patrimônio natural. Trata-se de pesquisa exploratória que tem como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental. Analisou-se a documentação oficial da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura sobre Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. Já na pesquisa bibliográfica, foram priorizados livros publicados entre 2000 e 2015 que continham a categoria “patrimônio natural” em seu título. O resultado aponta para a escassez de produção brasileira na área e para a falta de pesquisas que comprovem a validade das novas teorias propostas por autores internacionais.

Palavras-chave: Teorias na Ciência da Informação. Interdisciplinaridade. Patrimônio Natural. Pesquisa Exploratória.

Abstract: *This article proposes a reflection on the concept of natural heritage and the possible links with the Information Science in information and memory interfaces. The main objective is to foment an interdisciplinary dialogue on the "natural" interface heritage. Moreover, it also searches the extent the discussions on historical and cultural heritage influence studies on natural heritage. This is an*

¹ Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2002), mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006-2011). Professor Adjunto III na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

exploratory research that has the technical procedure bibliographic and documentary research. It analyzed the official documentation of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization of Cultural and Natural Heritage. In the bibliographic research were prioritized books published between 2000 and 2015 that contained the category "natural heritage" in its title. The result points to the scarcity of Brazilian production in the area and the lack of research proving the validity of the new theories proposed by international authors.

Keywords: *Theories in Information Science. Interdisciplinarity. Natural heritage. Exploratory research.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, o tema central é o conceito de patrimônio natural, sua aplicabilidade, críticas e possibilidades de pesquisa nas áreas da Ciência da Informação. Trata-se, portanto, de um artigo de revisão com ênfase no aspecto teórico e suas implicações na produção bibliográfica deste século. O objetivo principal é fomentar um diálogo interdisciplinar sobre a interface “natural” do patrimônio, instaurada de maneira decisiva pela Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (1972). Além disso, objetiva-se também apresentar em que medida as discussões sobre patrimônio histórico e cultural influenciam/ram os estudos sobre o patrimônio natural.

A temática envolve uma pluralidade de perspectivas e a análise apresentada aqui advém de leituras feitas ao longo de dez anos e que, pela primeira vez, resolve-se organizar em um texto minimamente organizado para iniciar um diálogo. Fazem parte destas reflexões autores da Filosofia, História, Antropologia, Arqueologia e Museologia que, direta ou indiretamente, se relacionam com o escopo que compete à Ciência da Informação nesta temática. Tal competência diz respeito à forma pela qual a sociedade produz, armazena e dissemina documentação sobre o mundo natural. A “patrimonialização” da natureza, no plano simbólico, é bem anterior às ações contemporâneas de tombamento patrimonial de alguns sítios naturais do mundo. Uma infinidade de livros, imagens, mapas, obras de arte e outros documentos de vários períodos históricos estão em bibliotecas, arquivos e museus contendo os vestígios da histórica relação humana com o mundo natural.

Até que ponto pode-se pensar em patrimônio “natural”, uma vez que o próprio conceito de natureza é cultural? Se até mesmo os especialistas confirmam a dificuldade de compreensão e o uso do próprio conceito, em que pode se apoiar a Ciência da Informação nesta temática? Como referir-se à produção documental sobre objetos naturais? Estas são perguntas que apenas a pesquisa e a produção da área podem responder. Olwig (2006),

Howard e Papayannis (2007) e Dorfman (2015) têm apontado algumas possibilidades a partir das mudanças na própria concepção de patrimônio natural.

No Brasil, há escassez de produção bibliográfica específica sobre patrimônio natural nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Desta forma, a proposta desta discussão contribui com pesquisas em andamento ou às futuras, principalmente aquelas que procuram entender a informação no campo fenomenológico da memória. Afinal, como bem expressou Bachelard (2005, p.28) “Neste teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens no seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser”. Nesta perspectiva, as representações sociais relacionadas à natureza são o resultado da influência que as imagens do espaço operam na memória individual e coletiva. As representações sociais do espaço estão, geralmente, incrustadas em documentação que, uma vez arquivadas, preservadas e disponibilizadas ao acesso, retroalimentam as imagens e influenciam as várias perspectivas teóricas ou ideológicas do homem sobre a natureza.

Para a investigação destas premissas, propostas aqui como o início de uma análise teórico-metodológica sobre o tema, fez-se uma pesquisa exploratória com o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e documental, de acordo com as considerações de Menezes (2009). Para a análise documental escolheu-se a documentação oficial da UNESCO, já para a discussão bibliográfica foram priorizadas as publicações de 2000 a 2015 de livros cujos títulos contêm a categoria “patrimônio natural”. Entretanto, não é possível desconsiderar ainda a importância e a influência de obras anteriores tanto nas análises dos autores selecionados, quanto das reflexões autorais deste artigo.

2 PATRIMÔNIO NATURAL E SUAS IMPLICAÇÕES CONCEITUAIS

Em 1972, a UNESCO aprovou a Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural com o entendimento de que existiam patrimônios no mundo possuidores de excepcional interesse e que exigiam “sua preservação como elemento do patrimônio de toda humanidade”. (UNESCO, 1972, p.2). Neste momento, a UNESCO se preocupava com o perigo da destruição de patrimônios culturais e naturais que, pela compreensão de seu valor universal, deveriam ter uma assistência coletiva internacional. Pela Convenção de 1972, existem duas categorias de Patrimônio Mundial: o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural. O Patrimônio Cultural se constitui de monumentos individuais, do conjunto de obras isoladas ou reunidas, os sítios contendo obras humanas, obras humanas e naturais e áreas de

vestígios arqueológicos. A primeira e a segunda categoria de patrimônio cultural devem ter “valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (UNESCO, 1972, p.2).

Já o Patrimônio Natural, a Convenção de 1972 especifica como

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1972, p.3).

Do ponto de vista teórico, essa separação entre “Cultura” e “Natureza” é problemática, pois demonstra que a UNESCO estava apoiada numa perspectiva moderna que tem pelo menos dois pontos críticos. O primeiro é a utilização do ideário racionalista europeu, pelo qual o “Homem” é apartado da “Natureza” por ser o sujeito da “Razão” e, por isso, com a permissão de dominar e transformar o mundo natural – inclusive em patrimônio. Nesta perspectiva, pode-se dizer que, para ser considerado patrimônio natural, importa que o espaço tenha as características de “intocado”, “virgem” e que represente a romântica ideia de uma natureza idílica e edênica. Um local livre da presença humana e que represente a memória de um passado natural perdido. Dessa forma, a preservação destes espaços, a partir das políticas de patrimônio, poderia garantir a característica de “intocável” e minimizar os efeitos que a sociedade moderna causou – e ainda causa – ao mundo natural.

Já o segundo ponto crítico é o de considerar uma essência à natureza que, por si mesma, construiria lugares de “valor universal excepcional” na estética, na fauna, na flora, etc. Esta concepção desconsidera que a própria noção de natureza é cultural e, portanto, histórica e determinada pelo conhecimento e pelos modos de fazer (arte, leis, crenças, moral, costumes), sentir e imaginar dos seres humanos. Desde o Século XX, com destaque para suas últimas décadas, os estudos de algumas áreas das Ciências Humanas e Sociais têm evidenciado como o aspecto cultural, em tempos diversos, definiu as mudanças ou continuidades na relação do homem com a natureza.

Nesse campo de análise, ganhou destaque a Antropologia, principalmente quando esta disciplina optou pelo social como seu campo de estudo, baseando-se, principalmente, na dicotomia natureza x cultura. (ERIKSEN & NIELSEN, 2007). Laraia (2004), por exemplo, ao discutir a história do conceito de “cultura” mostra como os antropólogos modernos

consolidaram o fator cultural como o determinante na constituição humana e social e cita Sahlins (1966) Harris (1969) e Geertz (1966) como referência nesta perspectiva.

Contudo, a posição atual da Antropologia tende a não sobrepor mais o conceito de cultura sobre o de natureza. Essa é a proposta de Latour (1994) e Descola (2015) que demonstraram os limites dos dois conceitos e os problemas sociais advindos da construção desta dicotomia. Nesta mesma perspectiva, a obra organizada por Ingold & Palsson (2013) propõe uma Antropologia cuja dicotomia criticada há décadas seja superada e construa seus conhecimentos para além dos conceitos de cultura e natureza.²

Também é importante ressaltar os estudos da Arqueologia, ciência que há décadas vem contribuindo para a discussão acerca da natureza e da cultura tanto em seus achados arqueológicos, quanto nas discussões teórico-metodológicas da área. Um dos conceitos que têm levantado questionamentos sobre a temática é o de “Paisagem”, por se tratar de um ponto de intersecção entre os dois conceitos tratados de forma dicotômica. Nesta perspectiva, destacam-se Binford (1982; 1992), Hoder (1987) e Yamin & Metheny (1996).

A História, por sua vez, tem mostrado a historicidade das relações humanas com a natureza, privilegiando o papel da cultura na construção das representações sociais sobre o mundo natural. Nesta perspectiva, destacam-se Thomas (1988), Corbin (1989), Williams (1989), Schama (1996) e Arnold (2001), para citar alguns.

Dentre estes, o que se aproxima mais da discussão proposta para este artigo é Schama (1996) que, ao discutir a ideia moderna de ambientalismo/naturalismo, possibilita a compreensão de que foi inventada uma noção de natureza incompatível com a realidade. Procurava-se, segundo o mesmo autor, estabelecer como “natural” apenas os espaços selvagens, intocáveis e virgens que, devido à expansão da economia de mercado, não existiam mais em países como a Europa e, logo depois, os EUA. O autor aproveita esse exemplo para demonstrar quão cultural é a definição de Natureza, pois ela “não demarca a si mesma, não se nomeia” e também não “venera a si mesma”. “É claro que a Natureza não faz isso. Nós fazemos” (SCHAMA, 1996, p.17-18).

O principal objetivo de Schama (1996) é discutir como essa noção de natureza se perpetua através da constituição de paisagens que se renovam constantemente pela memória. Se a cultura é o que determina a ideia de natureza, é também cultural o sentimento humano ligado às paisagens. “Antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos de rocha”. (SCHAMA, 1996, p.17).

² Pitrou (2015) faz uma interessante reflexão sobre o debate proposto no livro de Ingold & Palsson (2013).

Sendo assim, ao tornar “universal” a perspectiva europeia de separação entre cultura (homem) e natureza, criou-se um modelo para os demais continentes ou territórios, advindo, principalmente, da expansão da Europa a partir dos processos de colonização. Este padrão desconsiderou toda e qualquer concepção ou relação com o mundo natural dos autóctones e acabou definindo a forma de exploração das terras não europeias.

Após o processo de conquista e dizimação de quase todas as sociedades nativas e seus recursos naturais, esta concepção de natureza continuou em vigência. Sua influência foi decisiva, por exemplo, na criação dos primeiros Parques Nacionais a partir da segunda metade do Século XIX, que teve como objetivo preservar estes locais de representativa importância natural. O primeiro Parque Nacional criado foi o de Yellowstone em 1872 nos EUA que, desde então, tornou-se um “bem”, um “patrimônio” do Estado Nacional estadunidense que deveria, a partir de então, protegê-lo.

Em obediência à concepção de natureza vigente, o homem foi expulso destes parques e sua presença aceita apenas para a contemplação do que se considerou “restos” da natureza original, não “tocada” pelo homem. Em função deste objetivo, houve a dizimação das populações indígenas que, durante séculos, habitavam estes espaços sem, necessariamente, destruí-los. Spence (1999), ao fazer uma história crítica do processo de constituição dos parques nacionais norte-americanos, analisa detidamente os parques de Yellowstone, Yosemite e Glacier³ nos EUA, criados, respectivamente, em 1872, 1890 e 1886 e atualmente tombados pela UNESCO como Patrimônios Naturais da Humanidade. Para Spence, a história destes parques é marcada pela expulsão de inúmeras comunidades indígenas que habitaram estes territórios. Segundo ele, a visão romântica de uma natureza original, promoveu uma espécie de “miopia cultural” que concebeu o parque nacional como um vazio demográfico.

Este ideal de natureza se perpetuou com a constituição de ampla documentação escrita e imagética. As informações contidas nestes documentos continuaram a alimentar o imaginário e as representações sociais de que apenas os espaços definidos como “intocados” mereciam ser preservados. O autor deste artigo entende que esta postura contribuiu para a degradação de todos os espaços não considerados “naturais”, especialmente o urbano. É como se a constituição de parques ou reservas protegidos pelo Estado minimizasse o efeito da destruição de florestas, rios, animais, montanhas e vales ocupados pela sociedade moderna.

Com o avanço da discussão sobre meio ambiente, presente já nas três últimas décadas do Século XX, esta perspectiva de natureza vem sendo desconstruída do ponto de vista

³ Segundo UNESCO (2016), o Glacier National Park, criado pelos EUA em 1886, se uniu ao Waterton Lakes National Park, criado no Canadá em 1895. Dessa junção, se originou o Waterton Glacier International Peace Park que em 1995 foi considerado Patrimônio Natural da Humanidade.

teórico. Autores como Edgard Morin, Erique Leff e Leonardo Boff, por exemplo, em suas diversas obras buscam mostrar os danos que a perspectiva moderna de natureza causou ao espaço que circunda o homem.⁴ Estes autores, entre outros, mostram que todo indivíduo é parte integrante e responsável pelo meio em que vive, seja ele urbano, rural ou florestal. Neste sentido, o conceito de meio ambiente é bem distinto do de natureza, pois todo o espaço terrestre passa a ser “patrimônio da humanidade”, cuja obrigação de preservação é dever tanto do Estado quanto de seus cidadãos. Como consequência, apresentam-se outras possibilidades de compreender o “patrimônio natural”, não apenas áreas desabitadas ou expropriadas, mas também aquelas que incluem o ser humano como seu partícipe, valorizando seus conhecimentos e sua experiência naquele território.

Com esta perspectiva inclusiva, as práticas culturais das populações nativas, que não se enquadram nos padrões eurocêntricos de patrimônio e natureza, passam a ser reconhecidos e valorizados. Seus conhecimentos, tradições, costumes e manejos tradicionais, que a sociedade ocidental moderna um dia definiu como arcaicos e atrasados, são agora reconhecidos como possíveis formas de se utilizar da natureza sem destruí-la em larga escala. Assim, podem ser concebidos Parques Nacionais ou Áreas de Preservação com a presença do homem. Uma natureza tocada e habitada por comunidades tradicionais que conseguiram subsistir por séculos com os recursos naturais que se perpetuaram numa longa relação de sustentabilidade.

Contudo, essa mudança cultural ocorre lentamente e esbarra cotidianamente na reafirmação de padrões de vida incompatíveis com a sociedade de mercado. Para a cultura mercadológica, que pode se perpetuar até que não existam mais recursos naturais, importa a perspectiva de natureza dominada e controlada, dos espaços destinados à preservação que são, inclusive, fontes de renda por meio do turismo. Não se pode negar a importância dos parques e reservas naturais para a proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Da mesma forma, não se deve desconsiderar o aspecto histórico e os conflitos políticos e econômicos que marcam a escolha destas áreas e a obediência à obrigação de preservar.

Se a delimitação das áreas protegidas é problemática do ponto de vista cultural, social e econômico, também o é sua determinação como “Patrimônio Natural da Humanidade”. Principalmente porque quem tem a autoridade de auferir esse título, a UNESCO, estabeleceu suas normas a partir da visão eurocêntrica de natureza e cultura. Tanto a definição de patrimônio cultural quanto a de patrimônio natural da Convenção de 1972, têm como referência o conceito de monumento histórico material ou natural.

⁴ Destaca-se Morin [20?], Leff (2015) e Boff (2004).

Choay (2014), ao historiar a noção de “patrimônio histórico”, mostra como os conceitos de monumento e do monumento histórico contribuíram para a ideia ocidental de patrimônio. Segundo ela, na Europa da segunda metade do Século XIX, ocorre a invenção do monumento histórico e, por conseguinte, sua adoção como fundamento do patrimônio histórico. Segundo a autora, diferente dos monumentos que são planejados como tal antes mesmo de sua construção, o monumento histórico é constituído *a posteriore*. Sendo assim, o que o torna monumento histórico é a representação de algum fato importante relacionado a ele. No entanto, ele é escolhido subjetivamente e obedece, geralmente, à história que se quer perpetuar ou a um saber que assim o quer definir.

Em contrapartida, uma vez que se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixo pelo saber, o *monumento histórico* exige, dentro da lógica desse saber, e ao menos teoricamente, uma conservação incondicional (CHOAY, 2014, p.27, grifo no original).

Com a contribuição de Choay (2014) pode-se afirmar que a materialidade do monumento histórico é o que fundamenta a noção moderna europeia de patrimônio. Sendo assim, ao escolher determinado bem material como um monumento histórico, escolhe-se também o que deverá fazer parte da memória coletiva de um povo ou nação. A adoção desta prática se deu em quase todos os países da Europa e serviu para o processo historiográfico de seus Estados Nacionais. Pois, a partir do surgimento da História como disciplina científica, estes monumentos se tornaram, junto com os documentos oficiais, as fontes para as histórias nacionais. Estes monumentos e documentos formaram a base de uma História Política desenvolvida, principalmente, pelo Historicismo Clássico Alemão, cujo maior expoente foi Leopold Von Ranke (1795-1880).⁵

É óbvio que esta discussão não se encerra aqui. Porém, sua inserção, mesmo que breve, serve para a reflexão sobre as implicações políticas e socioculturais da monumentalização histórica. A discussão feita até este momento mostra que o que foi definido como Patrimônio Natural na Convenção de 1972 está fundamentado numa concepção de natureza enquanto monumento histórico. Esta forma pode ser legítima e aplicável no contexto europeu, mas não o é, por exemplo, em continentes como África, Ásia, Austrália e América onde ainda hoje sobrevivem formas peculiares de relação com o mundo natural.

⁵ O Historicismo Clássico Alemão é a corrente teórica que se constitui na primeira metade do Século XIX tendo como principal expoente Leopold Van Rank e se perpetua, com as devidas mudanças paradigmáticas, pelo menos até a primeira década do Século XXI com Paul Ricoeur. Em seus primórdios, esta corrente combateu o Positivismo Francês que, juntos, são considerados os primeiros paradigmas da História Científica. Segundo Barros (2011, p.107), o Historicismo Alemão deve ser “entendido em sua relação direta com o contexto de afirmação dos Estados Nacionais do Século XIX”. Para mais informações ver também Reis (2006, p.207-246).

De certa forma, esta discussão também está em Choay (2014), quando afirma que o patrimônio histórico passou por uma transformação ao longo do tempo: de objeto de culto passou a ser objeto de indústria. Segundo ela, a última fase deste processo se deu com a “indústria cultural”. Com base na teoria de Adorno e Horkheimer, Choay afirma que uma das ações que contribuíram para este avanço mundial e mercadológico do Patrimônio, foi a que ela chamou de “mundialização dos valores e das referências ocidentais”. Esta prática teria se dado após a década de 1960 e ajudado a promover uma “expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (CHOAY, 2014, p.207). Por isso o destaque para a Convenção de 1972 e sua visão universalista de patrimônio. É importante destacar que o objeto central do estudo de Choay é o Patrimônio como alegoria, se aproximando mais das definições de Patrimônio Cultural. Contudo, por analogia e por fazer parte do mesmo documento analisado pela autora, certamente essa crítica corrobora com o que vem se discutindo sobre a noção de patrimônio natural.

Não se nega aqui a positividade dos propósitos da UNESCO e os benefícios aos bens naturais tombados, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos do Fundo do Patrimônio Mundial para sua conservação. Da mesma forma, também não se pode negar que a Convenção de 1972 colaborou para a universalização do pensamento europeu de que alguns espaços naturais se comparariam aos monumentos históricos e, por isso, poderiam representar um tipo de patrimônio, o natural. Este padrão não pode ser considerado universal pelo simples fato de que não abrange as formas distintas de vivência, de compreensão e construção da natureza e de suas paisagens. Além disso, o documento reafirma a visão romântica de um tipo específico de mundo natural, o de “valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico”. Esta perspectiva acaba por esconder que “A definição de um ‘bem’ como patrimônio é o resultado de uma escolha feita, muitas vezes, em meio a conflitos, disputas sociais e a contextos políticos e econômicos específicos”. (KARPINSKI, 2015, obra não paginada).

3 O ALCANCE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE PATRIMÔNIO NATURAL

Poucos são os autores que discutem o patrimônio natural como uma categoria de análise. No Brasil, por exemplo, a maioria das obras encontradas se refere ao patrimônio cultural e natural, mas, em geral, acaba por discutir somente o primeiro. Encontra-se também uma produção significativa sobre patrimônio ambiental, no entanto, a mudança do termo não acompanhou a de sua perspectiva teórica.

Das obras analisadas, todas apresentam separadamente os Patrimônios Culturais e os Patrimônios Naturais no mesmo livro, obedecendo à lógica que separa cultura e natureza. Priorizam o discurso imagético dando maior espaço às fotografias de ótima qualidade estética. Kok (2011), por exemplo, objetiva percorrer em seu livro os patrimônios artístico, cultural e ambiental brasileiro, enfatizando aqueles que, segunda a autora, representam a memória do país. Utilizando o termo “patrimônio ambiental”, Kok (2011) seleciona apenas as áreas de preservação sob a tutela do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, algumas delas já tombadas como patrimônios naturais da humanidade pela UNESCO.

Outros autores brasileiros preferem definir, desde o início de suas obras, que seus objetos são apenas os patrimônios mundiais da humanidade, sejam eles naturais ou culturais. É o caso de Tirapeli (2010), cujo objetivo é dar a conhecer tais patrimônios brasileiros que, por serem da humanidade, devem ter um tratamento diferenciado, pois a noção de pertencimento passa a ser global ao invés de nacional. Especificamente sobre os Patrimônios Naturais da Humanidade no Brasil, o autor se baseia nas definições da Convenção de 1972 da UNESCO, privilegiando os espaços naturais “eminentemente representativos dos grandes resultados de evolução da Terra” (TIRAPELI, 2010, p.18).

Destaca-se também a obra de Bottallo (2014) que, além de destacar os patrimônios culturais e naturais brasileiros constantes na lista da UNESCO, enfatiza os Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade do Brasil. Doutora em Ciência da Informação, Bottallo (2014) se baseia na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO (2003) e, no que diz respeito ao patrimônio natural, detalha o *Yaokwa*: ritual do povo *enauenê-nauês* para a manutenção da ordem social e cósmica. “Esse ritual relaciona a biodiversidade local a uma complexa cosmologia simbólica, as quais se entrelaçam em âmbitos distintos, mas inseparáveis, da sociedade, da cultura e da natureza” (UNESCO, 2011 *apud* BOTTALLO, 2014, p.207).

Este costume indígena leva o ser humano a participar de forma inclusiva no processo de representação da natureza, pois não se separam como estruturas distintas a sociedade, a cultura e a natureza. Não é possível determinar neste ritual a dicotomia cultura/natureza que tem materializado o espaço natural por meio de parques, reservas e paisagens apartadas do ser humano. Este pode ser o início de uma nova forma de interpretação e representação do espaço em que fazem parte, no mesmo grau de importância, todos os seres vivos e recursos disponíveis no planeta. Formas de conhecimento e uso da natureza e do universo, distintos do

modelo ocidental, tornam-se patrimônio imaterial, sem distinção se cultural ou natural, e isto pode levar a uma mudança de compreensão da própria noção de patrimônio.

A discussão de Bottallo (2014) faz parte de um contexto de avanço nos estudos sobre Patrimônio Imaterial e Intangível que tem possibilitado reflexões distintas sobre o Patrimônio Natural. Sem a rigidez da materialidade do objeto patrimonial, agregam-se aos bens da humanidade fenômenos e objetos invisíveis, imateriais e intangíveis. Neste sentido, nas duas últimas décadas, tem-se a emergência de várias interfaces do patrimônio como, por exemplo, patrimônio genético, digital, político, intangível, paisagístico, ecológico, ambiental, entre outros. Estas faces refletem o que Choay (2014, p.11) chama de polissemia e o nomadismo da categoria que encobre, sobretudo, a incapacidade de constituir um novo termo que designe o legado da humanidade contemporânea.

Além disso, a matriz teórica da intangibilidade do patrimônio natural contribui para a emergência de estudos que têm desconstruído a ideia de uma hegemonia europeia do conceito de patrimônio natural. Esta constatação advém das obras internacionais selecionadas para a análise, principalmente de autores situados ao Norte da Europa que vêm questionando os fundamentos teóricos que forjaram o pensamento hegemônico de que todo o continente europeu vive de acordo com os padrões ditados pelos países do Sul da Europa. O fato de que todos os europeus se relacionam com a natureza e com a cultura de forma dicotômica é contestado, por exemplo, por Olwig (2006).

Segundo Olwig (2006), a perspectiva que contrapõe o patrimônio cultural e o patrimônio natural é definida pela posição intelectual e geográfica. A posição intelectual é explicada pela diferença de concepções entre as Ciências Naturais, que defendem um patrimônio da natureza, e as Ciências Humanas e Sociais, cujos pesquisadores afirmam que a natureza é definida culturalmente e que nenhum patrimônio é essencialmente natural. A dimensão Geográfica, segundo Olwig (2006), interfere no modo pelo qual os habitantes de determinado território entendem por natureza e cultura.

Desta forma, não é possível determinar um padrão de pensamento homogêneo em continentes que reúnem distintas sociedades e, por consequência, diferentes nos modos de viver, fazer e olhar para o mundo natural. Olwig (2006) afirma que, por ser um pesquisador dinamarquês, sua pesquisa vai refletir a posição do lugar em que está trabalhando, a Escandinávia. Segundo ele, no Norte da Europa a natureza tem sido, há muito tempo, uma marca de distinção nacional, de sociedades localizadas na periferia de uma civilização europeia centrada na direção sul do continente. O que se definiu como “povos do Norte” ao longo da história, teve base no pensamento de Aristóteles, para quem o clima frio formou uma

sociedade individualista e ingovernável. A sociedade do hemisfério norte europeu foi relegada ao determinismo climático que, no império romano representava o mundo dos inimigos Germanos e, no período medieval, o território de onde vinham os Bárbaros.

No entanto, não pode ser apenas o clima frio o determinante identitário destes povos, principalmente porque são humanas e, portanto, culturais, as formas de sobreviver a ele. Isto demonstra que, ao longo da história europeia, o desconhecimento sobre as práticas humanas do hemisfério norte gerou o preconceito de inferioridade de seus habitantes. Além disso, na determinação das características e identidades do povo do norte europeu, filósofos, cronistas e historiadores utilizaram a sua visão de mundo, suas compreensões de natureza e civilização. Esta constatação contribui ainda mais para a inserção de novos modos de compreender o mundo natural que divergem até mesmo no continente que avocou para si a universalidade da definição de patrimônio.

Esta perspectiva de Olwig (2006) inaugura um movimento de retorno à noção de Patrimônio Natural combatida desde a Convenção de 1972 da UNESCO. Nesse combate de mais de vinte anos, o termo perdeu seu protagonismo devido à visão romântica e eurocêntrica de natureza que foi simplesmente adaptada ao conceito de patrimônio. Partindo desta crítica, os pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais preferiram adotar novos conceitos para substituir o de “natureza” ou “mundo natural”. Nesse sentido, são protagonistas as categorias de “meio-ambiente” e “ecologia”, bem como seus referentes derivados: História ambiental, Patrimônio Ambiental, Conservação ecológica, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, etc.

No entanto, esses novos conceitos, assim como o de natureza, também são constituídos historicamente e, conseqüentemente, da mesma forma são forjados em relações de poder que envolvem interesses políticos e econômicos. Se, por um lado, a desconstrução do modelo de natureza constituído durante a modernidade europeia contribuiu para a inclusão de outras concepções do mundo natural, por outro, pode-se correr o risco de desconsiderar os benefícios que o tombamento trouxe a espaços que poderiam hoje estar desaparecidos.

As representações sociais acerca do patrimônio e da natureza, como um todo, faz com que sejam necessárias novas abordagens e perspectivas que sejam capazes de lidar com esta complexidade sem a criação de outros conceitos. Segundo Howard e Papayannis (2007, p.xi), “The notion of heritage is strong in relation to culture e it has been the basis for the protection an enhancement of the cultural inheritance”, sendo, portanto, estratégico utilizar o termo “patrimônio natural”. Isto porque é inegável o fascínio que os patrimônios culturais ou

naturais ainda exercem sobre a sociedade ocidental e isto acaba positivando as iniciativas de titular ou identificar os patrimônios mundiais.

Os sítios naturais, por exemplo, uma vez integrados à Lista da UNESCO, passam a ser divulgados com a ênfase nas suas singularidades. Pode-se dizer que, assim como os monumentos históricos servem para alimentar a memória coletiva ou oficial, bens naturais tombados constituem um sentimento coletivo internacional. Um bem natural nacional, por exemplo, passa ser fiscalizado por agentes de outros países sob a égide da necessidade de conservação. No Brasil, por exemplo, isto acontece na Amazônia, constantemente vigiada por organizações internacionais, e os remanescentes de Mata Atlântica, ambos tombados como patrimônios naturais da humanidade.

As produções sobre as relações entre humanos e natureza na interface do patrimônio tendem a enveredar pelo campo da memória, dos sentimentos, dos mitos, dos rituais que presentificam valores ancestrais ainda desconhecidos. Estas manifestações, como já foi destacado neste artigo, se referem ao campo do imaterial e do intangível e, da mesma forma que se estabeleceram patrimônios culturais imateriais, surgiu recentemente a iniciativa de também pensar esta temática relacionada à Natureza. Esta é a proposta de Dorfman (2015) quando reúne um grupo de pesquisadores de várias áreas do conhecimento para dialogar sobre a noção de Patrimônio Natural Intangível.

Segundo o Dorfman (2015), o conceito de patrimônio natural intangível é uma extensão do conceito de patrimônio cultural intangível, que abrange os conhecimentos e costumes indígenas sobre a natureza e sua conservação. Contudo, o autor ressalta que o conceito pode abranger também outras formas de relação humana com a natureza sem que seja, necessariamente, pautada no campo do simbólico ou imaginário, pois diz respeito às práticas humanas ao longo da história natural. “[...] intangible natural heritage might also be considered to be far broader, because the forces that work to produce natural history, comprising both natural and anthropogenic forces” (DORFMAN, 2015, p.4).

Para Dorfman (2015, p.4) as possibilidades de abrangência do conceito de patrimônio natural intangível são muitas. Dentre elas, ele destaca a etnologia, sociobiologia e evolução, cadeias alimentares ecológicas, paisagens, paisagens sonoras, tafonomia, animismo, opiniões sobre a vida selvagem na sociedade humana, segurança alimentar e da saúde humana, clima global, movimentos ambientais, taxidermia, observação das aves e muitos outros. Sendo assim, pode-se entender que todos os processos resultantes de observação, técnica e ciência inventados pelo homem ao longo do tempo fazem parte de um arcabouço intangível do patrimônio natural. Este tipo de abordagem não vai considerar apenas as culturas autóctones

ou os conhecimentos tidos como populares ou tradicionais sobre a natureza, mas uma ampla cadeia de conhecimentos sobre a natureza. Este “patrimônio natural intangível” reúne tanto os saberes e práticas tradicionais sobre a natureza quanto os processos científicos ou técnicos elaborados para compreensão daquilo que faz parte do universo humano.

Com isso, abre-se um espaço considerável para análise epistemológica da informação, pois estes processos produzem, ao longo do tempo, uma variada documentação. De forma específica, pode-se dizer que os documentos sobre as formas de compreensão da natureza vão dos constituídos pelas memórias repassadas de geração a geração de forma oral, aos documentos escritos e visuais das sociedades humanas de todos os tempos que, de alguma forma, representam o conhecimento sobre o mundo natural.

4 RESULTADOS

Os resultados que podem ser auferidos à discussão proposta neste artigo são, resumidamente, dois:

1. Enquanto no Brasil a bibliografia sobre patrimônio natural não ultrapassa a visibilidade e importância dos espaços considerados patrimônios naturais, a produção estrangeira avança consideravelmente em discussões teóricas que acompanham a dinamicidade do conceito de patrimônio;

2. Não existem ainda, de forma consistente, pesquisas que comprovem a aplicabilidade prática das concepções teóricas apresentadas pelos autores estrangeiros apresentados aqui.

4.1 DISCUSSÃO

Sobre o primeiro resultado, ficou claro que a bibliografia brasileira se concentra nas definições presentes nas Convenções da UNESCO (1972; 2003). Não há sequer um esboço de discussão teórica sobre a noção de patrimônio natural, suas relações com o contexto social, político e cultural que forjam os espaços que foram declarados pela UNESCO como patrimônios naturais da humanidade no Brasil. A noção de patrimônio se aproxima mais da ideia de herança que implica na aproximação da dicotomia cultura *versus* natureza, com exceção do esforço de Bottallo (2014).

A documentação visual presente nesta produção induz à conclusão de que os espaços são conservados apenas por serem de beleza excepcional ou de formação natural singular, o que demonstra uma perspectiva que se deseja ver superada a partir das produções acadêmicas atuais sobre meio ambiente e conservação. Além disso, não condiz com a rica produção brasileira que

tem desmistificado a monumentalização da noção de patrimônio, aproximando esta categoria das noções de cultura e memória e tornando-o um conceito plástico, dinâmico, difuso e de múltiplas facetas. Ao invés de se aproximar das mudanças conceituais por que passaram ao longo dos últimos anos as noções de patrimônio cultural material e imaterial, nas várias interfaces emergentes de patrimônio (histórico, genético, intangível, documental, etc), parece que os estudos sobre o patrimônio natural no Brasil ainda se fundamentam em teorias e metodologias que há muito foram repensadas, modificadas ou ressignificadas.

De forma contrária, a bibliografia internacional apresentada acima tem acompanhado o processo de questionamento e novas concepções sobre o patrimônio ao abordar a sua interface natural. Nessa produção, o espaço para a reflexão teórica é amplo e são densas as discussões travadas por seus autores, algumas delas inovadoras como a proposta por Dorfman (2015). A questão patrimonial da natureza é tratada de forma transversal, envolvendo perspectivas de áreas científicas distintas com o intuito de compreender a natureza em seus múltiplos aspectos, tanto o que concerne às características físicas, químicas, biológicas e geológicas, quanto às representações sociais constituídas ao longo do tempo pela cultura. Isto insere ao debate uma característica interdisciplinar obrigatória, ou seja, não se pode discutir patrimônio natural fechados em áreas específicas.

No entanto, embora as obras analisadas apresentem estudos de casos, não é possível ainda estabelecer o alcance destas perspectivas teóricas. Sua aplicabilidade ainda carece de pesquisas e experiências capazes de confirmar ou questionar a forma teórico-metodológica proposta em campos tão diversos do conhecimento. Nisso consiste a possibilidade de novos estudos, a partir de realidades outras que não as europeias, estadunidenses e canadenses. O campo interdisciplinar da temática favorece a constituição de novas abordagens sobre patrimônio natural e, em especial, as áreas da Ciência da Informação. A constituição de repositórios, formas distintas de representação e organização do conhecimento e modelos de gestão documental nesta área são de interesse da temática, assim como o é em estudos sobre o patrimônio cultural material e imaterial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou conceitualmente a noção de patrimônio natural a partir de pesquisa exploratória pautada na análise documental e bibliográfica de alguns autores nacionais e internacionais. A seleção das obras foi definida pela data de publicação, dos últimos quinze anos, priorizando a discussão interdisciplinar. Nesta revisão, enfatizou-se o aspecto teórico e

suas implicações na produção bibliográfica deste século, verificando sua aplicabilidade, críticas e possibilidades de pesquisa nas áreas da Ciência da Informação. O principal objetivo foi o de fomentar um diálogo interdisciplinar sobre a interface “natural” do patrimônio e apresentar em que medida as discussões sobre patrimônio histórico e cultural influenciam/ram os estudos sobre o patrimônio cultural.

Percebeu-se que são poucos os estudos sobre patrimônio natural como categoria de análise. No Brasil, a maioria das obras encontradas se refere ao patrimônio cultural e natural, mas, em geral, acaba por discutir somente o primeiro. Das obras analisadas, todas apresentam separadamente os Patrimônios Culturais e os Patrimônios Naturais no mesmo livro, obedecendo à lógica que separa cultura e natureza.

Por outro lado, emergiu neste século uma nova corrente de pensamento formada por pesquisadores do Norte da Europa, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos que questiona os paradigmas eurocêntricos de patrimônio natural. Das três obras selecionadas, percebeu-se que é possível discutir teoricamente a categoria natural do patrimônio sem aceitar o paradoxo da cultura *versus* natureza. Verificou-se nesta bibliografia estrangeira a possibilidade de superar, em tese, os problemas teóricos apontados pelos estudiosos do patrimônio acerca de sua interface natural.

Desta discussão, percebeu-se que, no que diz respeito às possibilidades de inserção das áreas da Ciência da Informação no debate, se abriu, neste campo, um espaço considerável para análise epistemológica da informação. Conclui-se, de forma ainda preliminar, que o estudo dos documentos sobre as formas de compreensão e ação humanas relacionadas à natureza ao longo do tempo pode ser um objeto de conhecimento comum. Isto se deve ao fato de que esta documentação inclui informações constituídas pelas memórias repassadas de geração a geração de forma oral e documentos escritos e visuais das sociedades humanas de todos os tempos que, de alguma forma, representam os conhecimentos sobre o mundo natural.

Os resultados apontados representam um ponto de partida para novas pesquisas, tanto no campo teórico quanto prático a fim de que, de forma interdisciplinar, possa-se verificar a abrangência, aplicabilidade e viabilidade de investigação da informação sobre o mundo natural. Especialmente os conhecimentos, saberes, práticas e modos de utilização e conservação dos recursos naturais relegados ao silêncio histórico e científico, tais como aqueles advindos de sociedades tradicionais, de costumes familiares do campo, do mundo sertanejo, etc. Desta forma, pode se tornar realidade a função social que cada área do conhecimento científico tem de contribuir com a sustentabilidade e respeito ao meio em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, David. **La Naturaleza como problema histórico**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARROS, J. A. **Teoria da História**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 4 v. (v.2 – Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo)

BINFORD, L.R. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology**, Ann Arbor, v.1, n.1, p. 05-31, 1982.

_____. Seeing the present and interpreting the past – and keeping things straight. In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. **Space, time and archaeological landscapes**. New York: Plenum, 1992. p. 43-59.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOTALLO, M. **Patrimônio da humanidade no Brasil**: suas riquezas culturais e naturais. Santos: Editora Brasileira de Arte e Cultura: UNESCO Brasil, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

CORBIN, Alain. **Território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESCOLA, P. Além de natureza e cultura. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v.3, n.1, 2015, p. 7-41. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/5620/4120>>. Acesso em: 23 set. 2016.

DORFMAN, E. (Ed.). **Intangible natural heritage**: new perspectives on natural objects. London: Routledge, 2015.

ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F.S. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GEERTZ, C. A transição para a humanidade. In: Sol Tax (Ed.). **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. p. 31-43.

HARRIS, M. **The rise of anthropological theories**. Londres: Routledge & Kegan Paul. 1969.

HODDER, I. Converging traditions: the search for symbolic meanings in archaeology and geography. In: WAGSTAFF, J. M (Ed.). **Landscape of culture**: geographical and archaeological perspectives. New York: Blackwell, 1987. p. 134-145.

HOWARD, P.; PAPAYANNIS, T. (Ed.). **Natural heritage**: at the interface of natural and culture. London: Routledge, 2007.

INGOLD, T.; PALSSON, G. (Ed.). **Biosocial becomings**: integrating social and biological anthropology. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KARPINSKI, C. Patrimônio natural e arquivo: experiência de pesquisa sobre as cataratas do Iguaçu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2816/1227>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

KOK, G. **Memórias do Brasil**: uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

LARAIA, R. B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MENEZES, E. M. **Pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2009.

MORIN, E. **O método**: coleção. 7 v. Porto Alegre: Sulinas, [20?].

OLWIG, K. Introducción. In. _____; LOWENTHAL, D. (Ed.). **The natural of cultural heritage, and the culture of natural heritage**: northern perspectives on a contested patrimony. London: Routledge, 2006. p. 1-6.

PITROU, P. Uma Antropologia além de natureza e cultura?. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 181-194, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000100181&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2016.

REIS, J.C. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SAHLINS, M. D. A cultura e o meio ambiente: o estudo de Ecologia Cultural. In. Sol Tax (org.), **Panorama da Antropologia**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966. p. 100-110.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SPENCE, M. D. **Dispossessing the wilderness**: the Indian removal and the making of the national parks. New York: Oxford University Press, 1999.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TIRAPELI, P. (Coord.). **Patrimônio da humanidade no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Metalivros, 2010.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972.

_____. **Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images//0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Waterton Glacier International Peace Park**. Paris, 2016. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/354>>. Acesso em: 11 out. 2016.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YAMIN, R.; METHENY, K.B. **Landscape archaeology**: reading and interpreting the american historical landscape. Knoxville: University Tennessee Press, 1996.